

DOI: <https://doi.org/10.61895/pl.v19i37.23996>

O TRABALHO DE CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS DE ENGAJAMENTOS DE AGENTES DA IGREJA CATÓLICA DURANTE O REGIME MILITAR BRASILEIRO

Jorge Luiz Feitoza Machado

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFMA

E-mail: jlf.machado@ufma.br <https://orcid.org/0000-0001-8039-6997>**Clever Luiz Fernandes**

Doutor em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ UERJ

E-mail: clever.fernandes@ufma.br <https://orcid.org/0000-0003-3155-9416>

Resumo

O texto examina a construção de memórias vinculadas a setores progressistas da Igreja Católica no Brasil, tomando como foco a produção de uma memória de resistência e a análise dos princípios sociais que fundamentam a legitimação da causa dos direitos humanos. Parte-se do pressuposto de que o período do regime militar brasileiro constituiu uma configuração favorável à atuação de agentes engajados contra o governo militar, por representar um contexto crítico propício ao surgimento de vozes oposicionistas. A partir das redefinições no campo católico e das transformações políticas dos anos 1960, bem como das tomadas de posição pública por parte de porta-vozes eclesiais, o artigo busca demonstrar que a gestão da memória e a produção de causas legítimas estão intrinsecamente ligadas a condições objetivas de efetivação, sendo apropriadas por diversos agentes como objeto de disputa, por meio da reatualização do passado.

Palavras-chave: Construção de memórias. Ditadura militar. Igreja Católica

THE WORK OF BUILDING MEMORIES OF ENGAGEMENT OF AGENTES OF THE CATHOLIC CHURCH DURING THE BRAZILIAN MILITARY REGIME

Abstract:

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 19, n. 37, jul. - dez. 2025
ISSN: 1982-193X



The text examines the construction of memories linked to progressive sectors of the Catholic Church in Brazil, focusing on the production of a memory of resistance and the analysis of the social principles that underlie the legitimation of the cause of human rights. It is assumed that the period of the Brazilian military regime constituted a favorable configuration for the action of agents engaged against the military government, as it represented a critical context conducive to the emergence of oppositionist voices. From the redefinitions in the Catholic field and the political transformations of the 1960s, as well as the public positions taken by ecclesiastical spokespersons, the article seeks to demonstrate that the management of memory and the production of legitimate causes are intrinsically linked to objective conditions of effectiveness, being appropriated by various agents as an object of dispute, through the re-actualization of the past.

Key words: Building memories. Military regime. Catholic Church.

Processamento textual: Recebido em 2025-12-15 Revisado em 2025-01-11 Aprovado em 2025-01-22

A ditadura “civil-militar” brasileira, período delimitado entre 1964 e 1985, tem sido o tipo de recorte temático ou de objeto de estudo frequentemente abordado, sob distintos ângulos de interpretação. Desde percepções consistentes e descritivas sobre os processos políticos, sociais e institucionais acionados para caracterizar o regime, como as que constam em sistemáticos volumes seriados (Gaspari, 2002, 2003, 2004, 2016), passando por análises acadêmicas de referência no tratamento do período (Fico, 2004, 2014, 2017); (Reis, 2002, 2014), figuram como produções representativas, e, em certo sentido, consagradas como chaves de interpretação do contexto da ditadura e da redemocratização no Brasil.

Nosso ponto de partida consiste em analisar, a partir do exame sobre o trabalho de produção de memórias efetuadas por agentes da igreja católica, um conjunto de representações socialmente afirmadas por um permanente trabalho de agentes empenhados em sua produção. Nossa análise visa objetivar narrativas que têm sua gênese no âmbito institucional de organizações eclesiais, a exemplo das tomadas de posições da CNBB e de iniciativas, como o “Projeto Brasil Nunca Mais”, assim como nos discursos e ações de agentes da igreja na dimensão dos engajamentos individuais manifestados.

O trabalho de memória produzido por um perfil de agentes religiosos comporta uma gama de visões de mundo, percepções ou prescrições sobre a realidade, visando se afirmar, em face a outras visões em disputa¹, como formulações legítimas para os acontecimentos ou eventos.

¹ O processo político reconhecido como período militar brasileiro ao longo do tempo se tornou objeto de distintas visões (representações) ao longo de duas décadas (1964-1985). É conveniente notar que a dinâmica de disputa
Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 19, n. 37, jul. - dez. 2025
ISSN: 1982-193X

Deste modo, os agentes situados no domínio social católico, intelectuais, missionários, padres, são tomados aqui na condição de intérpretes e produtores ativos de um trabalho de memória sobre o Brasil das décadas de 1960, 70 e 80.

As análises se orientam com base no seguinte corpus *empírico*: 1) publicações de documentos oficiais contidos em arquivos digitais (Projeto Brasil Nunca Mais Digital); 2) entrevista em meios de comunicação (programa de TV), documentários; 3) livros acadêmicos dedicados à história sobre o período militar brasileiro. O repertório mobilizado para produção do texto se justifica pelas seguintes razões: 1) direciona a análise sobre o exame do trabalho de edificação de memórias a partir de um campo social delimitado (instâncias da igreja católica e organizações alinhadas); 2) permite averiguar, a partir das condições de atuação dos agentes, que mecanismos são operados no trabalho de seleção e gestão de memórias sobre o regime militar; 3) Possibilita analisar condicionantes favoráveis à construção de uma causa legítima: os “Direitos Humanos” como bandeira das lutas sociais, bem como sua reatualização frequente como estratégia de presentificação do passado.

Numa primeira dimensão, as manifestações oficiais emitidas pela principal entidade de representação da Igreja católica no Brasil (CNBB), bem como tomadas de posição de outras instâncias, permitem acessar memórias institucionais ou formas de auto apresentação da Igreja como agente atuante e protagonista do contexto em pauta. Nesse sentido, o trabalho de consagração da memória será avaliado mediante exame de relatos pessoais (entrevistas) por registro áudio visual. O referido procedimento também visa refletir sobre as percepções (visões de mundo e tomadas de posição) de agentes inseridos em um contexto “periférico”, notabilizados na memória social de determinadas regiões pelos engajamentos realizados. Averiguamos esses agentes como produtores de representações, fiadores de uma gestão da memória e “intérpretes” da “realidade” política e social brasileira nos tempos da ditadura e da abertura democrática.

Redefinições na Igreja católica e politização dos agentes

sobre a memória a eventos, períodos, acontecimentos, até mesmo a vultos ou personalidades, remete aos esforços e interesses implicados no trabalho de presentificação de elementos inscritos ou atribuídos a um determinado passado.

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 19, n. 37, jul. - dez. 2025
ISSN: 1982-193X



Os tempos nos quais historicamente se inscreve a “revolução de 1964”², evento que inaugurou naquela década um regime político que se estendeu por mais vinte anos, demarcam também o lapso temporal em que ocorreram dinâmicas institucionais relevantes à constituição de um polo de oposição ao regime militar instalado no Brasil. Enquanto as forças armadas davam os passos decisivos para alçarem o posto político mais elevado da república, a década de 1960 foi o contexto histórico em que se verificou outro tipo de revolução, qual seja, a dinâmica das redefinições institucionais observadas no âmbito da Igreja Católica. A percepção deste processo se faz relevante pelo fato de ser essa instituição social quem se destacou nos embates efetuados contra o regime, investidas fartamente registradas (documentadas), narradas, perenizadas no tempo, consagradas em discursos, objetivadas em histórias tornadas memórias.

O conjunto das transformações verificadas na Igreja católica, a partir da segunda metade do século XX, tem seu ponto máximo no Concílio Vaticano II (1962-1965), evento emblemático e também chave de compreensão das redefinições institucionais, como elemento de impulsão para aproximação da igreja e de seus agentes com as questões políticas do momento, por exemplo. A partir da percepção da configuração católica como um espaço de plasticidade, de constituição de vínculos, e de compartilhamento de experiências marcadas pelo código religioso, identificamos as condições favoráveis a um processo de politização de padres, frades, religiosos em geral, aptos a intervirem na realidade política, via de regra, atuando como críticos do regime militar. Seja por meio de engajamentos objetivos ou na condição de produtores de representações, o trabalho de construção de memórias implica em impor, legitimar e afirmar visões e percepções do mundo social em meio ao contexto “politicamente instável”, como costuma ser representado o período militar brasileiro.

Considerando a configuração católica como um espaço de clivagens marcado por oposições ideológicas e relações de concorrência, deve-se tomar em conta estratégias colocadas em prática para legitimar produtos concebidos por essa dinâmica de redefinições. Mais relevante ainda é notarmos a constituição de clivagens a partir de níveis distintos de estruturação. Entre esses níveis não se pode descartar a estrutura de hierarquia (dioceses, paróquias, instâncias organizacionais representativas, como CNBB, que representa os bispos do Brasil e CELAM, instância em nível de América Latina), entre outras instâncias que funcionam como espaços de inserção e atuação objetiva de agentes da Igreja Católica, cuja emergência não está descolada

² Definição oficial formulada e disseminada pelo Exército brasileiro para designar os acontecimentos ou eventos, selecionados e tomados pelos militares como fundantes da narrativa e da memória institucional, por sua vez, um instrumento de consagração e celebração do status político atingido por esse agente das forças armadas.

de processos sociais específicos que, pode-se dizer, são interdependentes em relação a processos mais amplos de mutação do espaço católico.

Nesse sentido, as ideias que projetaram representações de mudanças no âmbito da Igreja Católica, no século XX, indicam que tais transformações seriam tributárias de formulações, elaborações e definições, que se impuseram a partir de determinado contexto, cujas condições teriam se mostrado propícias tanto em termos de concepção como de recepção. Entretanto, essa lógica de produção e recepção de ideias não deve ser pensada como uma relação autoajustável, sobretudo se considerarmos, e, devemos fazê-lo, as condições particulares de disputas que se impõem entre os agentes, que em contextos de redefinições, buscam introduzir concepções legítimas.

No âmbito das práticas e concepções, predominaria uma relação de concorrência, representada por tomadas de posições interdependentes, sintetizadas em expressões como “conservadores”, “progressistas”, “esquerda católica”, ou ainda em termos como, “avanços”, “retrocessos” e “refluxos”, entre outros, que sinalizariam um estado particular de configuração do domínio religioso católico, sobretudo a partir dos anos 1960.

Algumas dessas noções remetem a uma situação de concorrência na qual os agentes imprimem esforços para impor *princípios legítimos de classificação do mundo social* (Bourdieu, 2008) sobre a dinâmica do espaço no qual eles se encontram. Em grande medida, determinadas interpretações sobre eventos ou acontecimentos indicativos de mudanças (percepção dominante quanto aos “efeitos” atribuídos ao Concílio Vaticano II), referem-se a uma “nova postura” de “abertura” na qual a igreja teve de experimentar, por exemplo, em relação aos posicionamentos dos agentes frente à “política” ou em relação às ações de intervenção desses agentes na sociedade (caso dos padres engajamentos em movimentos sociais e instâncias de luta em defesa dos Direitos Humanos durante a ditadura).

Numa linha mais ampla de apreensão das redefinições verificadas na instituição católica, Seidl (2003) situa o concílio no século XX como acontecimento que introduziu mudanças decisivas nos rumos da Igreja em escala mundial. Para o autor, o Concílio Vaticano II teria sido um divisor de águas cujas redefinições afetaram a instituição como um todo. De acordo com sua reflexão:

O *aggiornamento* católico aos “sinais do tempo” – forte queda da prática religiosa na Europa, diminuição crescente do tamanho das famílias,

desvalorização social do corpo clerical – e a consequente “abertura das janelas da Igreja ao mundo” teve no esvaziamento dos seminários e na renúncia ao sacerdócio um de seus maiores efeitos. Por outro lado, o período pós-conciliar redesenhou um catolicismo que progressivamente abandonaria sua inserção nas elites e classes médias para se voltar prioritariamente aos pobres, abrindo grandes espaços à ascensão das igrejas do terceiro mundo e, ao mesmo tempo, para a elaboração de novos discursos teológicos [...] (Seidl, 2003, p. 224).

O autor chama atenção para a diversificação das estruturas sociais e complexificação da estrutura institucional católica, sinalizando para a emergência de uma variedade de novos serviços especializados, representados por diversas “pastorais” sociais, bem como a acentuação do papel dos leigos em gama crescente de atividades. Inspirado em análises como a de Pelletier (1996)³, Seidl acentua que, a despeito de transformações sociais e culturais que impulsionaram decisivamente a Igreja a orientar suas estratégias de ação durante o Concílio fossem mais evidentes em países europeus, praticamente todas elas atingiram o Brasil em maior ou menor grau.

Ao fazer referência às reflexões de Della Cava (1986) sobre as conexões entre o contexto político militar e as tomadas de posição mais “progressistas” de agentes vinculados a Igreja Católica, Coradini (2012) salienta a importância dos “quadros internacionais”, caracterizados pela crítica liberal católica europeia da autoridade e da tradição dentro da Igreja e a crítica ‘terceiro mundista’ latino-americana”. Assim, seria possível supor uma relação entre os sentidos atribuídos à missão e as práticas de engajamento com as origens desses “quadros”. Por sua vez, isso estaria ligado à formação de “movimentos, correntes, forças e escolas”, vinculados a centros universitários, como o de Louvain²⁰ (Coradini, 2012, p. 87-88).

Para Coradini (2012), as origens desse “terceiro mundismo” estariam na base de empreendimentos de congregações religiosas atuantes em configurações como a brasileira, incluindo parte do clero europeu, além dos teólogos heterodoxos. Neste tocante, Coradini também ressalta outros estudos, como o realizado por Pelletier (2000), que vincula o “terceiro mundismo” católico na Europa especificamente com o “utopismo missionário” e a experiência dos “padres operários”.

³ Menciona o papel central da Igreja francesa na elaboração das decisões apresentadas pelo Concílio, destacando a atuação de vários bispos e teólogos franceses ao longo de todo o encontro, em favor do amplo *aggiornamento* institucional (Pelletier, 1996, *Apud.* Seidl, 2003, 225).

Além do Concílio Vaticano e da dinâmica experimentada pela igreja fora do Brasil, o que implicou na circulação nacional de muitos agentes com uma visão “politizada”, observou-se ainda durante os anos de regime militar, eventos considerados de envergadura no âmbito eclesiástico. Na medida em que o recrudescimento da ditadura brasileira se consolidava, através da promulgação do Ato Institucional nº 5⁴, o final dos anos 1960 (68-69) foi o momento em que mais um evento no domínio eclesiástico confirmou o processo de redefinição institucional em curso na Igreja católica em nível continental. Uma igreja mais direcionada às questões sociais, engajada na missão pastoral, e, sobretudo, mais consciente da necessidade de intervir nos problemas da sociedade, estiveram no centro das decisões dos Concílios Episcopais de Bispos, realizados em Medelín (1968) e Puebla, uma década mais tarde (1979).

De certa maneira, esses eventos que redefiniram a dinâmica da igreja, guardam uma relação direta com contexto da ditadura e os agentes nele inscritos (organizações/instituições políticas, sociais, religiosas, culturais etc.). Embora cada uma das instituições, a religiosa (representada pela Igreja) e a política (representada pelo Exército) apresente dinâmica institucional própria, mantiveram uma interdependência das interações políticas durante o regime. Com exceção dos primeiros momentos que deflagraram o início do regime, que contou com o apoio institucional da igreja católica, logo depois, com o fechamento político mais contundente (a partir do AI-5), essa interdependência se manteve sob outro polo, o da oposição, contestação, crítica e enfrentamento ao poder instituído pelas forças militares.

Na medida em que a configuração política nacional se afirmava pelo militarismo, e as consequências objetivas desse modelo de governo se disseminou socialmente (cassação e extinção de partidos de oposição, censura a cultura e arte, arbítrio do poder executivo, tortura como cerceamento político etc.), a configuração eclesiástica e seus agentes politizados demarcou um contraponto às práticas e ideologias difundidas pela ditadura.

Convém observar que a configuração política nos anos de regime pode ser tomada, sob determinado ângulo de análise, como uma *estrutura de oportunidade*⁵ (Tarrow, 2009) propícia à entrada de novos agentes no âmbito das disputas políticas. De um lado, o *establishment* no

⁴ “A promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) a 13 de dezembro de 1968 provocou o fortalecimento do Executivo e o agravamento da situação política nacional. A Igreja se deparava agora com uma conjuntura ainda mais problemática para intervir” (DHBB, 2001, p. 1529).

⁵ Essa ideia se refere às mudanças nas oportunidades e nas restrições políticas que criam os incentivos mais importantes para iniciar novas fases de confronto...os resultados dos tipos de enfrentamento dependem não só da justiça da causa ou do poder de persuasão de qualquer movimento singular ou organização, mas de sua extensão e da reação das elites e de outros grupos (Tarrow, 2009).

domínio político monopolizado pelos agentes das forças armadas, de outro, uma gama de organizações sociais civis (movimento estudantil, representações profissionais, como a OAB, veículos de imprensa, entre outros) se posicionaram no polo oposto. Mas é na organização institucional da igreja católica e na articulação de instâncias em defesa de pautas sociais, como os Direitos Humanos, que se configurou com maior destaque umas das forças de oposição mais consistentes ao poder político instituído.

Em considerável medida, grande parte da produção de narrativas ou de memórias sobre o regime político dos anos 1960 em diante, sobretudo as formuladas e perenizadas por agentes ligados ao mundo católico, situam aquele período como um “contexto crítico”. Mediante tempos de instabilidade social e política verificou-se a acentuação de uma lógica de oposição das relações sociais entre os distintos agentes inscritos nesse momento crítico (oficiais das forças armadas, religiosos da igreja católica – padres, bispos, etc. – professores universitários, acadêmicos, profissionais liberais, diversas representações de classe, como a de jornalistas, setores progressistas ligados à Igreja – comunidades eclesiais de base, organizações da juventude, etc. – e ainda uma gama de movimentos articulados na sociedade civil).

Esse contexto particular da história brasileira se adequa perfeitamente à análise realizada por (Reis, 2015), a partir de uma apropriação teórica, em que a autora reflete sobre a ideia de contestação política em “contextos críticos”:

De acordo com Elias existe uma variabilidade nas configurações sociais no que diz respeito ao seu “grau de maleabilidade e plasticidade (ou, inversamente, ao grau de rigidez)” e, por conseguinte, elas podem ser mais ou menos favoráveis a processos de transformação ou reconfiguração histórica. Essas configurações se constituem em momentos oportunos à emergência e à explicitação de confrontos entre agentes e “grupos” antagonistas interessados na manutenção ou modificação de um estado de coisas. São períodos de agravamento de tensões (com diferentes fases, pontos e intensidades) entre forças reticulares, que podem gerar a reconfiguração de uma sociedade ou “um impulso por mudanças estruturais” (Elias, *Apud* Reis, 2015, p. 28).

Os elementos da análise permitem esboçar uma elaboração relevante, diretamente associada ao objeto do artigo: o contexto da ditadura militar brasileira foi um lapso de tempo (20 anos) caracterizando uma estrutura social e política com grau de rigidez, na maior parte de sua vigência, marcado por tensionamentos com outras forças sociais. Nesse sentido, o conteúdo da análise sobre contextos críticos e seus possíveis desdobramentos, como bem pode ilustrar a fase da ditadura brasileira, corrobora com a percepção de que determinados eventos,

acontecimentos, personagens, ações, tomadas de posição, visões de mundo, são alvo de agentes empenhados em um tipo de trabalho que implica na produção de narrativas, discursos ou representações a partir de um contexto em evidência. Veremos a seguir algumas das principais organizações civis sociais que tiveram algum grau de envolvimento com o regime, sobretudo de contestação, e que foram agentes ativos no trabalho de produção de memórias sobre este momento particular da história da república brasileira.

Afirmção institucional e política: a CNBB e o regime militar

É possível notar, com base em interpretações ou versões para o momento político denominado de ditadura, a ênfase subentendida quanto a ocorrência de dois processos simultâneos, marcados por uma lógica de afirmação institucional em dois domínios de atividade social distintos: o político (com seus princípios de concorrência, pela ocupação de cargos burocráticos, administração e gestão de políticas e recursos, etc.); e o religioso (representado pela dinâmica de constituição da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). A partir de referências que podem ser tomadas como *lugares de memória* sobre os processos em questão, como livros sobre a história da igreja e sua relação com a política, ou fontes, como o dicionário DHBB do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas que trata das origens e percurso da CNBB enquanto agente coletivo, pretendemos dar um tratamento objetivo às narrativas mais acionadas que remetem à afirmação institucional tanto da Igreja, como do exército, assim como, situar as tomadas de posições que caracterizam as relações políticas entre esses agentes e como isso é perenizado por um trabalho de memória.

Fundada como “Associação civil católica”, com origem datada do início da metade do século XX (1952), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil é apresentada em sua gênese com um propósito institucional bem definido, sintetizado nos trabalhos de “coordenar e subsidiar as atividades de orientação religiosa, de beneficência, de filantropia e assistência social em todo o território nacional” (DHBB, 2001, p. 1525). Contudo, como a própria fonte em questão deixa franqueado ao nosso trabalho de objetivação, a história da CNBB não se limitou somente aos objetivos originais atribuídos à organização religiosa. É necessário situar seu processo de emergência no cruzamento dos esforços de lideranças religiosas de prestígio social e estima com as condições objetivas verificadas nos meios religioso e políticos brasileiro.

De modo mais concreto, a institucionalização da CNBB (maior centralidade e poder de decisão sobre o conjunto da igreja no Brasil; Legitimidade na condição de porta-voz da Igreja católica

nacionalmente e no continente; reconhecimento como interlocutora nos processos políticos decorridos na ditadura etc.) está integrada a uma narrativa que enfatiza tensionamentos internos. Tais correlações de força, como indicado, não se restringiam exclusivamente às pautas ou questões do universo religioso. Aliás, no momento de instabilidade política representada pelos anos do regime, certos objetivos institucionais da igreja se revelaram incompatíveis, sobretudo aqueles que visavam à promoção dos Direitos Humanos, frente de luta que deu significativa notoriedade institucional às intervenções da CNBB nos anos de ditadura.

Nesse sentido, a afirmação institucional da Conferência dos Bispos do Brasil buscou construir sua consolidação a partir de esforços em dois sentidos: 1) no âmbito interno, estabelecer as bases de uma entidade representativa de diversas tendências no interior da igreja; “aprovar finalidades de educação, de ação social, de ensino de religião, dos seminários e vocações sacerdotais, do apostolado do leigo e da liga eleitoral católica”; 2) no âmbito externo, a entidade angariava mais relevância e notabilidade social na medida em que mantinha certa interlocução com lideranças políticas, como em visitas de autoridades⁶ da CNBB a presidentes da república, ainda nos anos iniciais da instituição. Essa relação estreita entre igreja e política nos anos que antecederam o regime militar fica muito bem ilustrada conforme a própria memória institucional da CNBB:

Em maio de 1956, sob os auspícios da CNBB e com a presença de vários ministros do governo de Juscelino Kubitschek, os bispos do Nordeste se reuniram em Campina Grande (PB) para discutir os problemas socioeconômicos da região. Durante o período de preparação da reunião, foram feitos contatos com técnicos — particularmente economistas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico como Celso Furtado e Rômulo de Almeida — com o objetivo de formular um modelo de desenvolvimento econômico que permitisse maior intervenção do Estado. O encontro de Campina Grande se distinguiu dos anteriores na medida em que preconizava a formulação de um plano geral para o desenvolvimento do Nordeste, visando a um controle das diversas instituições e organismos governamentais já existentes. Solidários com as camadas mais pobres da população e criticando as injustiças geradas pela estrutura socioeconômica do país, os bispos procuravam aumentar o raio de influência da Igreja através da elaboração de uma nova estratégia de ação. Já no mês seguinte, o presidente Juscelino Kubitschek lançaria a Operação Nordeste, assinando 20 decretos em boa parte baseados nas recomendações episcopais (DHBB, 2001, p. 1526).

⁶ Visita de dom Carlos Carmelo Mota a Getúlio Vargas logo após a fundação da CNBB. Nesta ocasião o sacerdote enalteceu as realizações que considerava dignas do apoio da igreja durante as duas fases da administração de Vargas, predominantemente as de cunho social. Vargas agradeceu e manifestou sua intenção de contribuir para o bom entendimento entre a Igreja e o Estado (DHBB, 2001, 1526).

Como observamos, o primeiro momento do itinerário institucional da Conferência Nacional dos Bispos é registrado pela capacidade de interlocução com agentes políticos, até então, atuantes na esfera das práticas políticas democráticas, pela influência que a organização religiosa era capaz de mobilizar em torno de propósitos ou interesses mais alinhados às suas convicções. Esses elementos são suficientes para compreendermos que, por determinado espaço de tempo, o processo de institucionalização da CNBB corroborou para a preeminência da entidade, sobretudo através de seus porta-vozes situados no espectro “progressista”, no trato e na participação direta nas questões políticas relevantes. A Igreja católica do Brasil não apenas se fortaleceu internamente, a despeito das vertentes distintas de pensamento em seu interior (no que se refere a visões teológicas, papel da igreja na sociedade, a relação dos sacerdotes com as questões temporais etc.), mas consolidou sua afirmação como importante agente político no contexto em pauta.

Contudo, a afirmação institucional da CNBB, com a entrada dos anos 1960 e com os desdobramentos políticos da chegada dos militares ao poder, assume orientação diferente em relação ao trato das questões do domínio da política. A boa interlocução da década anterior se converteu aos poucos em polarização, na medida em que, politicamente, as forças armadas buscavam afirmação institucional para governar. Pouco tempo mais tarde, com os atos institucionais, o que representou o fechamento político, a CNBB passa a afirmar sua memória como uma instituição de resistência ao regime, ainda que segmentos da igreja católica, tidos como mais conservadores ou renovadores, tenham manifestado apoio à chamada “revolução de 1964” nos primeiros momentos.

O que se observa a partir de então, conforme percepção predominante sobre esse momento, é o acirramento das relações entre agentes situados na estrutura eclesial, numa relação de concorrência pela hegemonia hierárquica dentro da CNBB. Uma vez que a entidade já gozava de status reconhecido como principal porta-voz da Igreja na sociedade, monopolizar posições de destaque significava orientar os destinos da instituição. Essa dinâmica de disputa interna⁷ se mostrava de interesse do governo militar, uma vez que, quanto maior o êxito da ala moderada

⁷ “As inovações do pensamento social da Igreja universal e a presença de uma crítica crescente aos desequilíbrios estruturais contribuíram para esse engajamento, que se fez dentro da Igreja através de dois grupos: o grupo renovador, influenciado pela ideologia modernizante do desenvolvimento, e o grupo progressista, autor de uma crítica mais radical à sociedade, que constituiria a própria origem da “teologia da libertação”. Num quadro mais amplo, o caminho seguido pela CNBB estabeleceria, portanto, uma divisão no interior da hierarquia eclesial na medida em que passava a marginalizar seus setores mais conservadores. Em defesa destes, em 1960 era fundada a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), contrária ao catolicismo com engajamento social e inimiga do socialismo e do comunismo” (DHBB, 2001, p. 1526-1527).

internamente a CNBB, mais propensa a um alinhamento com o governo sem grande disposição a resistência por parte da hierarquia eclesiástica.

Por parte das forças armadas, entre oscilações nos primeiros anos no poder político, predominaram os esforços pela institucionalização de um governo militar mais prolongado. Segundo Mainwaring (1989, p.101), o fortalecimento do Executivo passava pela eliminação de direito ao *habeas corpus*, o que deflagrou reações contrárias de setores da sociedade brasileira, com destaque para a instituição que se tornou umas das principais interlocutoras do regime político militar. Convém relacionar que relevante parte do trabalho de memória ligado à história da igreja no Brasil durante esse período passa pelas narrativas de oposição aos militares, enfaticamente, pela defesa de uma frente de engajamento emblemática, a luta em favor dos direitos humanos.

Direitos Humanos: uma causa que fala

Uma dimensão do trabalho de memória sobre o regime militar no Brasil certamente passa pela construção de certas causas que estão intrinsecamente ligadas ao contexto crítico daquele momento, embora os “direitos humanos” como causa tenha sido proclamado anteriormente, em 1948.

Entrevistador: o senhor não acha que a instalação da comissão dos desaparecidos, a própria vocalização maior pelos direitos humanos, o senhor não acha que isso pode sinalizar para as instituições brasileiras e para os estados (...). No balanço o senhor não registraria isso como sinais positivos?

Dom Paulo Evaristo Arns: foi o motivo por que eu aceitei o prêmio nacional (...) e também foi o motivo por que eu aceitei o prêmio da parte do estado de São Paulo que apoia os direitos humanos porque chamou alguém da comissão dos direitos humanos para ser secretário da justiça e outro para ser secretário da segurança (...). Então, eu imagino que dentro do estado de São Paulo exista um movimento, uma conscientização (...) mas eu também de dizer que estou voltando de Alagoas, onde estive a seis dias atrás, e eu verifiquei que deram um prêmio a um trabalhador que se distinguiu justamente pela defesa dos direitos humanos, pela luta em favor da tolerância dentro da sociedade (...). Eu espero que essa conscientização, na qual, toda comissão de justiça e paz da Arquidiocese de São Paulo está trabalhando, eu acho que isso que vai levantar a democracia no Brasil e vai dar um sentido grande à nossa história (...). Sem direitos humanos nós vivemos na mediocridade. No respeito aos direitos humanos, nós crescemos como pessoas e crescemos também como nação.

Fonte: Entrevista de Dom Evaristo Arns, concedida ao programa Roda Viva (1995). Acessada em: <https://www.youtube.com/watch?v=tGnkkwyuT7I&t=1278s>, no dia 02/04/2021.

Nesse sentido, os anos que consolidaram o regime de exceção brasileiro, isso se verificou também em todos os países submetidos a ditaduras na América Latina, consolidou igualmente causas, porta-vozes e contra narrativas em oposição às difundidas pelo poder estabelecido.

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 19, n. 37, jul. - dez. 2025
ISSN: 1982 -193X



Apresentaremos a seguir recortes de tomadas de posições e perfis de agentes vinculados a igreja católica.

O trecho em destaque é uma breve passagem de uma entrevista mais longa, realizada por um tradicional programa de entrevistas no Brasil. O Roda Viva com D. Evaristo Arns se passou em meados da década de 1990, num contexto caracterizado pelos esforços de consolidação da democracia, retomada após a saída dos militares do comando político (1985). Antes das análises com base no recorte da entrevista, convém apresentarmos o perfil biográfico do entrevistado. Ambos serão bastante úteis para as reflexões que desenvolveremos na sequência.

Dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016) foi um frade franciscano, arcebispo emérito de São Paulo e cardeal brasileiro. Dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016) nasceu em Forquilha, Santa Catarina, no dia 14 de setembro de 1921. Filho de Gabriel Arns e Helena Steiner, descendentes de imigrantes alemães, quinto de treze filhos do casal, tem três irmãs freiras e um irmão que faz parte da Ordem dos Frades Menores. Era irmão de Zilda Arns, morta em 2010, no terremoto ocorrido em Porto Príncipe, capital do Haiti, onde realizava trabalhos Humanitários. Dom Paulo Evaristo Arns iniciou seus estudos em sua cidade natal. Em 1939 ingressou na ordem franciscana do Seminário São Luiz de Tolosa, em Rio Negro no Paraná. Em 1940 entrou no noviciado em Rodeio, Santa Catarina. Foi ordenado padre em 30 de novembro de 1945, em Petrópolis, Rio de Janeiro. Durante dez anos exerceu o ministério dando assistência à população carente de Petrópolis. Dom Paulo lecionou no Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis e na Universidade Católica de Petrópolis. cursou Filosofia Cristã e Línguas Clássicas na Universidade de Sorbonne, em Paris, onde se doutorou em 1952. Após retornar ao Brasil, lecionou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Agudos e também em Bauru. Em seguida, voltou para Petrópolis, e como vigário, atuou junto à população carente. De volta a São Paulo, foi indicado bispo auxiliar, em São Paulo. Em 1970, foi nomeado Arcebispo Metropolitano de São Paulo. Em 1972, criou a Comissão Brasileira Justiça e Paz, da diocese de São Paulo, para denunciar os abusos do regime militar. Nessa época, peregrinava de quartel em quartel, usando sua influência para libertar dezenas de presos políticos. Em 1973, no mesmo ano em que foi promovido a cardeal pelo Papa Paulo VI, o religioso pôs a venda o Palácio Episcopal Pio XII. A mansão foi vendida e o dinheiro foi usado para erguer mais de 1200 centros nas periferias, onde incentivou a instalação de 2000 comunidades eclesiais de base (CEBs), que pregavam o combate à desigualdade e à miséria. Em 1985, ele criou a Pastoral da Infância, com a irmã Zilda Arns. Apoiou a Teologia da libertação, se posicionando ao lado de Leonardo Boff, um dos maiores expoentes daquele movimento católico de esquerda-socialista, o que desagradou ao Vaticano conservador. Dom Paulo Evaristo Arns foi um dos principais nomes na luta contra a ditadura e ficou conhecido como o “Cardeal da Esperança”. Ao lado do pastor presbiteriano Jaime Wright, coordenou o projeto Brasil Nunca Mais, que reuniu documentos e denunciava a prática de crimes cometidos contra os presos políticos. Os dados foram copiados, microfilmados e enviados para o Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra. Dom Paulo Evaristo Arns escreveu 56 livros e recebeu 24 títulos Honoris Causa em universidades do mundo todo. Era o mais antigo de todos os membros do Colégio Cardinalício. Como cardeal eleitor, participou de dois conclaves, os de agosto e outubro de 1978, que escolheram os papas João Paulo II, a quem recepcionou em São Paulo em 1980. Em 1996, Arns completou 75 anos, a idade em que pelo Código Canônico o cardeal é obrigado a apresentar sua renúncia ao papa. No dia 15 de abril de 1998, sua aposentadoria foi aceita, quando chegou ao fim uma carreira de 28 anos do religioso. Foi então nomeado Arcebispo Emérito de São Paulo.

Fonte: Biografia extraída na íntegra da página: https://www.ebiografia.com/dom_paulo_evaristo_arns/, acessada em 02/04/2021, às 9:40 a.m.

O caso de Dom Paulo Evaristo Arns talvez seja o mais representativo de um conjunto de casos similares de sacerdotes católicos que têm sua biografia lembrada pelas memórias de engajamento social, fato comum aos religiosos atuantes no período da ditadura militar.

Focalizaremos predominantemente no caso de Dom Evaristo Arns, situando pontualmente outras referências que ajudam compreender o fenômeno da produção dos direitos humanos como causa legítima, a partir de tomadas de posições de sacerdotes inseridos na configuração brasileira, durante os anos de regime.

Retomando a entrevista de Dom Evaristo ao programa de televisão na década de 1990, podemos relacionar o conteúdo da pergunta e da resposta (no box antes do perfil biográfico), a um mecanismo fundamental e inerente ao trabalho de construção de qualquer memória, no caso em questão, das memórias ligadas a causa dos direitos humanos. Esse mecanismo consiste na notabilização da causa, que deve ser tornada de relevância pública, por meio da atividade de mediação de porta-vozes reconhecidamente legítimos para essa tarefa. No caso da entrevista, observamos uma etapa consequente à construção ou notabilização da causa, tarefa consolidada por Dom Evaristo e outros agentes no auge da ditadura militar. O trecho da entrevista apenas reforça a dimensão da consagração de uma causa amplamente reconhecida, inclusive pelas esferas do poder público, que se reflete na inserção de agentes ligados a instâncias, como a comissão de justiça e paz (representante na luta pelos direitos humanos), em esferas da administração pública do governo de São Paulo, como menciona Dom Evaristo.

Convém notar que a afirmação dos direitos humanos como causa legítima está alinhada a uma série de estratégias, sobretudo da Igreja Católica brasileira, – como criação de instâncias como as comissões de justiça e paz espalhadas pelas dioceses do país – que tinha alguma influência junto ao poder político (no sentido da interlocução), mas esbarrava no não reconhecimento da causa nos anos de vigência dos governos militares. O processo de legitimação dos direitos humanos, via trabalho e engajamento de porta-vozes na sua difusão na sociedade, necessitou passar por uma etapa de “formulação pública, surgida da iniciativa dos atores do próprio campo político que, na constituição de um problema social, encontraram uma causa de interesse geral a ser defendida” (Lenoir, 1996, p. 84).

Nesse sentido, o contexto crítico representado pela ditadura militar no Brasil foi um obstáculo objetivo à consolidação da causa dos direitos humanos, funcionando na prática como um agente de violação dos mesmos. No entanto, ao tomarmos contato com memórias e narrativas de porta-vozes que atuaram na construção desta causa, podemos associar que os anos de regime representaram uma configuração propícia – pelo arbítrio político, pela prática da censura, da tortura (como procedimentos institucionalizados) – às tomadas de posições e às lutas de

enfrentamento a ditadura, que não se limitaram a encontrar soluções para o problema. Reatualizar no presente essas estratégias de notabilidade dos direitos humanos, implica captá-las em seu processo de “formulação pública”, isto é, em sua “enunciação e integração na problemática política do momento” (Lenoir, 1996).

Institucionalmente, esse trabalho de construção de uma memória de resistência à ditadura, pela evidenciação de denúncias, publicização de atos de arbitrariedade dos agentes políticos, ganharam amplitude pelas tomadas de posição da CNBB, através dos documentos elaborados nas assembleias anuais realizadas por essa instância. Reproduzimos algumas delas:

Não podemos admitir as lamentáveis manifestações da violência, traduzidas na forma de assaltos, sequestros, mortes ou quaisquer outras modalidades de terror. (...) pensamos primeiramente no exercício da JUSTIÇA, (...) que, sinceramente, cremos usar sendo violentado, com frequência, por processos levados morosa e precariamente, por detenções efetuadas em base a suspeitas ou acusações precipitadas, por inquéritos instaurados e levados adiante por vários meses, em regime de incomunicabilidade das pessoas e em carência, não raro, do fundamental direito de defesa. (...) Seríamos omissos se não frisássemos, neste momento, nossa posição firme contra toda e qualquer espécie de tortura⁸ (Mainwaring, 1989, p. 130).

O trecho reproduzido apresenta uma tomada de posição institucional, que, por meio do repertório da denúncia pública, como documentos elaborados em congressos, contribuiu para a produção de uma causa. Na medida em que um agente reconhecidamente legítimo, como a igreja, toma parte em determinada questão temos em jogo visões de mundo em disputa, lutas particulares pela imposição de visões legítimas sobre a realidade. Consequentemente, essas disputas sobre eventos ou fatos registrados no período militar são projetadas para o terreno da memória. Entre essas memórias, destaca-se ainda o notabilizado “Projeto Brasil Nunca Mais”⁹.

Em linhas gerais, o artigo abordou algumas dimensões teóricas que podem ser pertinentes para pensar sobre o trabalho de construção de memórias de agentes sociais, atuantes a partir da estrutura da igreja católica durante o regime militar no Brasil. Basicamente, sinalizamos a

⁸ Trecho de um documento divulgado pela CNBB durante a XI Assembleia Geral da Conferência dos Bispos, em maio de 1970 (Mainwaring, 1989).

⁹ Brasil: Nunca Mais é a mais ampla pesquisa realizada pela sociedade civil sobre a tortura política no país. O projeto foi uma iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, os quais trabalharam sigilosamente durante cinco anos sobre 850 mil páginas de processos do Superior Tribunal Militar. O resultado foi a publicação de um relatório e um livro em 1985, que revelaram a gravidade das violações aos direitos humanos promovidas pela repressão política durante a ditadura militar. O sucesso da publicação continua influenciando gerações e impulsionou o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento à tortura (Acervo digital, extraído da página: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>, acessada no dia 03/04/2021, às 11:00).

existência de uma relação inequívoca entre os processos de redefinições institucionais pelos quais passou a igreja, como definidores ou demarcadores das condições objetivas de atuação dos agentes em contextos críticos, como a representada pela instabilidade política que favoreceu a entrada dos militares no poder, nos anos de 1960. Procuramos evidenciar que, em grande medida, a construção de uma memória de resistência ou de versões formuladas e difundidas pelas vertentes progressistas da sociedade brasileira, esteve orientada em torno de estratégias de notabilização dos direitos humanos e da consequente dinâmica de consagração social, tanto da causa como de seus porta-vozes.

As versões circulantes sobre o protagonismo de um segmento social, no caso, a igreja progressista, bem como das causas que ela ajudou a consagrar, devem ser tomadas como artefatos narrativos em uma relação de disputa com outros agentes sociais, também produtores de percepções sobre os acontecimentos. Quanto a essas disputas simbólicas, o contexto dos anos 1960 em diante também foi objeto da interpretação e produção de uma versão oficial por parte do Exército. Embora sem o devido aprofundamento que caberia neste artigo, convém salientar que as Forças Armadas também devem ser tomadas como um agente social empenhado ativamente na produção de uma versão para esse momento histórico.

Nesse esforço de produção da memória, o Exército brasileiro construiu versões para os acontecimentos do período em que esteve no poder. Em “Orvil” (1994), publicação que consagra o “protagonismo” das Forças Armadas, observa-se uma lógica similar de consagração da imagem da instituição, baseada no princípio da exaltação de ações heroicas, de personagens e de eventos caros às narrativas oficiais. Na mesma linha de auto consagração, outras produções como “Brasil Sempre” (1986) e “A Revolução e o Governo Costa e Silva” (1979) tiveram a intenção de disputar uma versão da história durante o regime cívico-militar brasileiro por meio de uma escrita ufanista e de bravatas quase carnavalescas.

Nesse sentido, ao considerarmos o trabalho de memória como objeto de manipulações sucessivas que visam fundar um “consenso”, captamos algumas bases que estruturam o modo de (auto) apresentação e sua constituição por elementos selecionados/articulados, cujo propósito se assenta em evidenciar, tornar notório, difundir, conferir reconhecimento e consagrar (agentes, porta-vozes, instâncias sociais, organizações, causas legítimas etc.).

Deste modo, buscamos identificar no engajamento de um segmento mais progressista da Igreja Católica, uma forma estratégica de mobilização e atuação política favorecida por um contexto

crítico, em consequência, uma estrutura de oportunidade viável ao trabalho de consagração dos direitos humanos como causa. Com efeito, as lógicas implicadas no trabalho que os agentes efetuam em torno da memória tende a se apresentar sempre múltiplo e sujeito a redefinições, podendo conduzir à apreensão, por exemplo, do “fenômeno de projeção ou identificação com determinado passado” (Pollak, 1992). É na atividade de mediação dos engajamentos e na produção de causas, como a dos direitos humanos, que estão colocadas as condições de valorização de eventos e personagens, indicando uma relação direta de identificação, graças ao trabalho de memória que se projeta em direção a um passado, por sua vez, tomado como objeto de disputas em que os agentes da Igreja Católica tomaram parte ativamente.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 2008.

CORADINI, Odaci Luiz. Os usos das Ciências Humanas e Sociais pelo catolicismo e pelo luteranismo e as relações centro/periferia. **Revista Pós Ciências Sociais**. Dossiê cultura, poder e modalidades de engajamento, v.9, n.17, 2012. São Luis: EDUFMA, 2012.

DELLA CAVA, Ralph. A Igreja e a Abertura, 1974-1985. In: KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott (orgs). **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)**. Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986, p. 13-46.

DHBB-Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. Coordenação: Abreu, Alzira Alves de; Beloch, Israel; Lattman-Weltman, Fernando; Lamarão, Sérgio Tadeu de Niemeyer. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. (CPDOC).

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Portugal: Edições 70, 1999.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**. Vol 24, nº. 47. São Paulo, 2004.

FICO, Carlos. **O Golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira**: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Remi; MERLIÉ, Dominique; LOUIS, Pinto (Orgs). **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1996, p.61-102.

MAINWARING. Scott. **Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PELLETIER, Denis. **Economie et humanisme**. De l'utopie communautaire au combat pour le tiers-monde (1941-1866). Paris. 1996.

PELLETIER, Denis. **Le militantisme Chrétien à l'épreuve de l'idée missionnaire**. In: BRÉCHON, P.; DUREZ, B.; ION, J. (Dirs.). **Religion et Action dans l'Espace Public**. Paris. L'Harmattan, 2000.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Eliana Tavares dos. **Trajetórias, espaços e repertórios de intervenção política**: um estudo sobre militantes que “lutaram contra a ditadura” no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Edufma; Zouk, 2015.

SEIDL, Ernesto. **A elite Eclesiástica no Rio Grande do Sul.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, UFRGS, 2003.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento:** movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.